

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.105 - MG (2019/0037876-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : T A DA T (PRESO)
ADVOGADO : FABIANO SOARES DE MELO E OUTRO(S) - MG111261
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso interposto por **T A da T** (acusado da prática do delito tipificado no art. 217-A c/c o art. 226, II, do Código Penal), contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.108072-2/0000, que manteve a prisão preventiva decretada nos Autos n. 0040.18.004599-5, da Vara Criminal da comarca de Araxá/MG.

Em resumo, alega-se que a custódia cautelar está alicerçada apenas na gravidade abstrata do delito imputado ao recorrente, sem nenhum elemento concreto e verdadeiro a albergar a decisão do Juiz ou o acórdão do Tribunal.

Sustenta-se que não existe nenhum risco à integridade de sua filha ou de sua esposa, porquanto o recorrente nem sequer reside com elas atualmente.

Menciona-se que o recorrente não tem nenhum histórico de violência, nem antecedente criminal.

Defende-se que não há indícios de autoria.

Requer-se a concessão de medida liminar de liberdade provisória, aplicando ou não as cautelas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Ao final, busca-se o provimento do recurso, reformando o acórdão e, conseqüentemente, expedindo alvará de soltura definitivo em nome do recorrente.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

Num juízo de cognição preliminar, não percebo o *fumus boni iuris* necessário para conceder a medida de urgência requerida. Segundo a Corte mineira, a decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente *está devidamente fundamentada em elementos concretos e objetivos do processo, explicitando a prova da existência do crime e de indícios de autoria (fumus commissi delicti)* (fl. 181).

Este momento, ademais, não é próprio para aferir a autoria delitiva.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* a respeito do Processo n. 0045995-49.2018.8.13.0040 e acerca da atual situação do recorrente, sobretudo após a realização da audiência designada para 19/2/2019.

Depois de juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator